MERCADO INTERNACIONAL DE AÇÚCAR

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 7 — Nº 01 JANEIRO DE 1983

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLICTECA KARL BOECECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Página

Análise

Mercado Internacional de Açúcar — Retrospecto e Perspectivas 2

Comentários

Algodão. 13

Café 15

Milho 18

Soja 20

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo. . . 22

Preços no Mercado Interno . . . 24

Preços Relativos 26

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

A situação no mercado internacional de açúcar inverteu-se radicalmente a partir do final de 1980. As cotações do 1º futuro na Bolsa de Nova Iorque que, em novembro daquele ano, situavam-se em US¢ 38/lb-peso, acham-se, no momento, em torno de US¢ 6,50/lb-peso. Em conseqüência dessa súbita reversão da tendência de alta dos preços, o Brasil, um dos maiores exportadores mundiais de açúcar, sofreu sérias perdas em termos de arrecadação de divisas. As exportações brasileiras de açúcar que, em 1980, alcançaram o montante de US$ 1,3 bilhão, ficarão reduzidas, em 1982, a cerca de US$ 550 milhões.

Os principais fatores que explicam essa alteração no equilíbrio entre oferta e demanda de açúcar no plano mundial fogem do controle do Brasil. Isso não impede, contudo, que interesse, ao nosso país, conhecer os mecanismos que determinam os ciclos de alta e de baixa dos preços desse produto no mercado internacional, a fim de melhor adaptar a agroindústria açucareira nacional a essas violentas flutuações provenientes do exterior. O estudo especial deste número de **"Agroanalysis"** *trata exatamente dessa questão, de vital interesse para uma das atividades de maior expressão econômica da agricultura brasileira.*

Além do açúcar, são contemplados ainda, nesta edição, o algodão, o café, o milho e a soja, cujos respectivos comentários abordam questões de caráter conjuntural.

ERRATA

Agroanalysis 6(12)

Pág. 3, linha 7: onde se lê ". . . à alimentação humana", leia-se ". . . à alimentação animal".

Pág. 3, linha 10: o percentual 85% subidivide-se em 45% para o setor industrial de rações e 40% para a alimentação animal direta.

MERCADO INTERNACIONAL DE AÇÚCAR
RETROSPECTO E PERSPECTIVAS

O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR SOFRE MAIS UMA PROLONGADA CRISE, AGRAVADA COM A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS DA CEE E O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DO AÇÚCAR PELOS ADOÇANTES DE MILHO NOS ESTADOS UNIDOS E JAPÃO. A PRESENTE ANÁLISE FAZ UM RETROSPECTO DESTE MERCADO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS E DISCUTE AS POSSIBILIDADES DE UM NOVO ACORDO INTERNACIONAL.

A afirmativa de que o comércio internacional do açúcar tem, como traço mais marcante, seu caráter cíclico consta geralmente de todas as análises referentes a este mercado. Os ciclos de quase cinco anos de baixos preços interrompidos por breves altas de 12 a 18 meses demonstram a extrema sensibilidade do mercado livre do açúcar às variações da oferta do produto.

Entretanto, uma observação mais atenta sobre o comportamento das cotações ao longo das três últimas décadas (ver Gráfico 1) permite perceber dois momentos — justamente aqueles polarizados pelas grandes altas de 1974 e 1980 — em que o mercado foi tomado por uma instabilidade bem mais acentuada do que a registrada até então. O desequilíbrio do comércio internacional do açúcar, na intensidade com que se fez sentir nos últimos dez anos, faz supor que novos fatores desestabilizadores — política de subsídios da CEE e aumento do consumo de sucedâneos do açúcar (sacarose) — vêm-se introduzindo no mercado.

Portanto, cabe recuperar os determinantes principais daqueles dois momentos, embriões e revitalizadores dos fatores novos de instabilidade, na expectativa de que se criem condições para uma antecipação do que possa ocorrer futuramente nesse mercado.

A alta de 1974

As causas da impetuosa elevação das cotações em 1974 remontam à fase de estagnação e baixa dos preços, no período 1965/68. Durante esta fase, ao mesmo tempo que os consumidores eram induzidos a comprar uma maior quantidade de açúcar, em virtude do preço reduzido, os produtores, pelo mesmo motivo, sentiam-se desestimulados a aumentar a produção. Entre 1965 e 1969, os preços flutuaram em torno de US¢ 2/lb-peso, nível insuficiente para cobrir sequer o custo de produção do açúcar na maioria dos países exportadores. Outros fatores ainda contribuíram para a modesta taxa de crescimento da produção nesse período. Entre eles, cumpre salientar a redução dos investimentos, oriundos dos países industrializados, em novos projetos na agroindústria canavieira de países subdesenvolvidos dentro de um programa de nacionalização de suas economias, implementado na época.

Não menos ponderáveis foram os efeitos das normas restritivas à exportação, impostas pelo Acordo Internacional do Açúcar (AIA), então vigente, aos países-membros exportadores. Desse modo, a década de 60 terminaria de forma desalentadora para os países produtores.

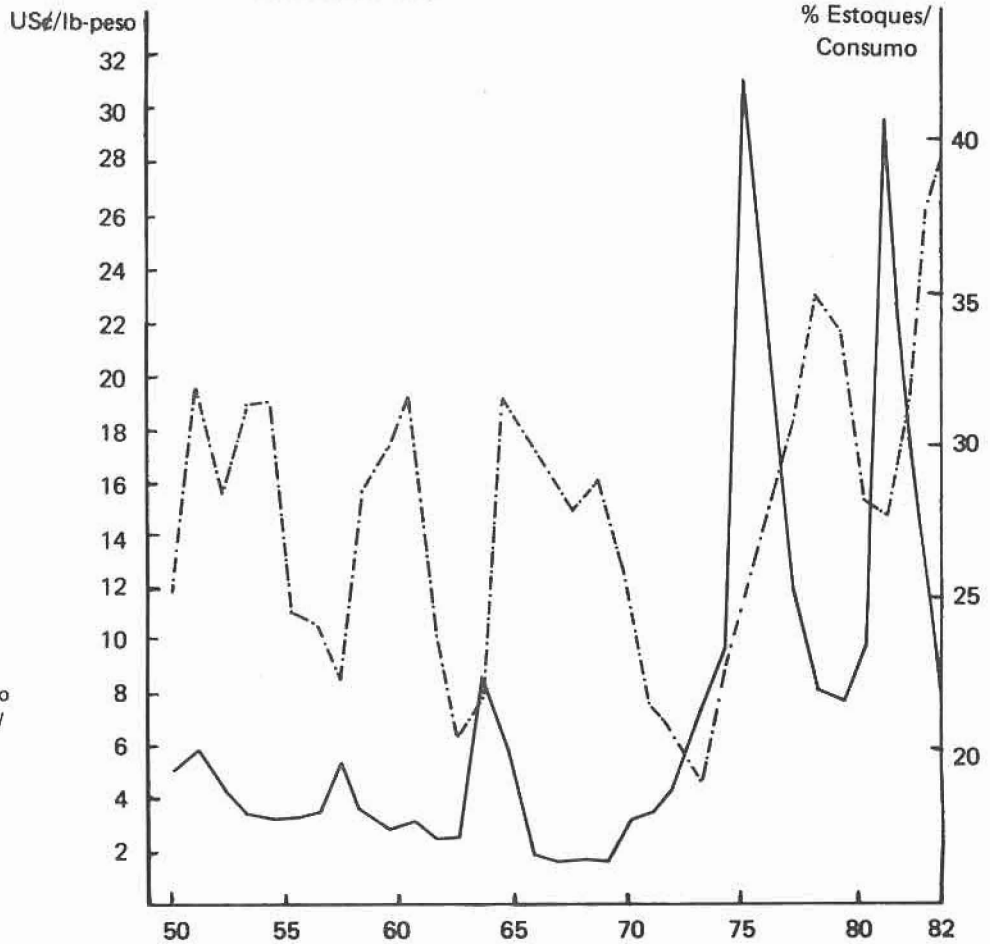
No limiar da década seguinte, esse contexto desfavorável agravar-se-ia mais ainda, com uma série de colheitas frustradas por más condições climáticas na URSS e outros países do bloco socialista, incluindo Cuba. Em conseqüência, esses países, que privilegiavam o comércio do açúcar através de um acordo mútuo, passaram a assediar o mercado livre com ofertas de compras, resultando em forte pressão sobre os preços.

A seqüência de acontecimentos descritos redundou em um desequilíbrio na balança entre a procura e a oferta. No Gráfico 2, podem ser observadas as diferentes tendências de crescimento das curvas de produção e consumo nesse período. Entre 1965 e 1974 a produção cresceu em torno de 1,9% anualmente, enquanto o consumo aumentou em quase 3,2%.

Usualmente, em um mercado como o do açúcar, a oferta mostra-se mais instável do que a demanda, já que sofre os efeitos diretos das mudanças de condições climáticas. A demanda, por sua vez, é favorecida pelas políticas locais de subsídios aos preços pagos pelos consumidores, conferindo uma maior estabilidade à absorção do produto.

GRÁFICO 1

AÇÚCAR: Preços do AIA e Relação Estoques/Consumo (em %) em Anos Selecionados – 1950-1980 e 1982



—— Preço do A.I.A.
-.-.-. Relação % Estoques/Consumo
FONTE: Preços – ISO; % Estoques/ Consumo – F.O.Licht.

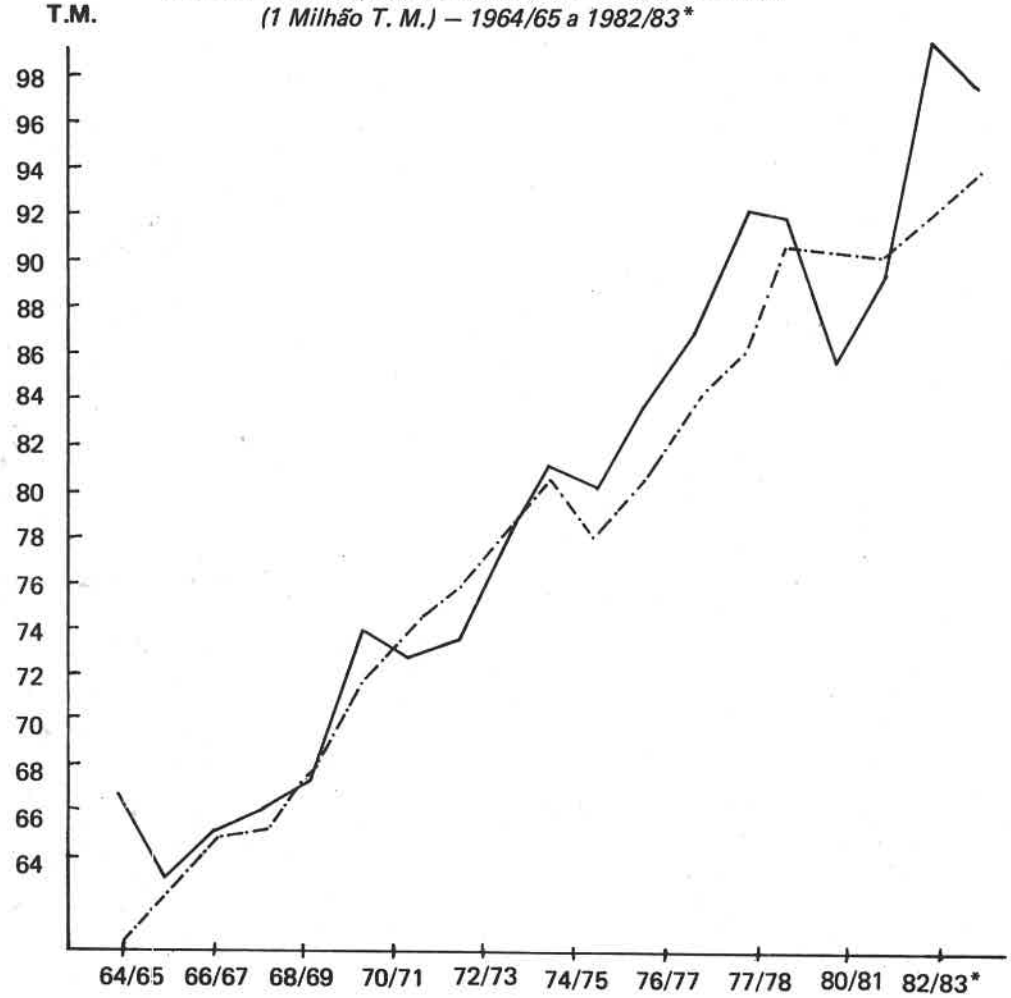
O Quadro 1 representa uma série histórica de consumo *per capita* mundial de açúcar. Conforme pode ser constatado, no período que vai de 1965 até 1974, o consumo *per capita* trilhou um caminho ascendente, confirmando a natureza mais estável do desenvolvimento da demanda.

O déficit de oferta do açúcar, a partir da safra 1970/71, teve como conseqüência a progressiva redução dos estoques. Em 1971, os estoques sofreram uma perda de 700.000 toneladas, fato que se repetiu, em 1972, na mesma quantidade. No ano seguinte, os estoques decresceram em 400.000 toneladas. Retomando-se a análise do Gráfico 1, fica evidente a relação inversa entre a variável estoques/consumo e os preços. Considera-se que um índice de 28% nesta variável reflete uma situação ideal, em que os estoques não são excessivos perante a demanda, ao mesmo tempo que oferecem uma margem de segurança ao mercado. Na safra 1973/74, a variável estoques/consumo baixou ao nível de 19,85%, colocando o mercado diante de uma ameaça efetiva de escassez do produto.

Os temores, quanto aos efeitos que esta situação poderia gerar, provocaram uma corrida às Bolsas que negociavam com o produto, alçando os preços ao nível extraordinariamente elevado de

GRÁFICO 2

AÇÚCAR: Evolução da Produção e do Consumo Mundial
*(1 Milhão T. M.) – 1964/65 a 1982/83**



——— Produção
-.-.-.-. Consumo
* Ano safra – Setembro/Agosto
** Estimativa
FONTE: F.O. Licht.

US¢ 61/lb-peso, em novembro de 1974. Observou-se, então, o aumento da incidência do capital especulativo no mercado, favorecido pelo comportamento dos preços de outras *commodities*, bem como do mercado de dinheiro.

Um outro fator teve, porém, notória participação na desestabilização do mercado. Entre 1973 e 1975, sua estrutura foi abalada pelo encerramento do Acordo Internacional do Açúcar e do "Sugar Act" norte-americano. Além disso, nesse período, transcorreram as negociações para a integração do Convênio de Açúcar da Comunidade Britânica à política da CEE para o produto.

Nessa conjuntura de escassez de oferta e alta dos preços, a conciliação de interesses distintos para a renovação do Acordo Internacional do Açúcar mostrava-se inviável.

Assim, no final de 1973, o Acordo expirou deixando um rastro de profunda insatisfação para os países-membros, que se sentiram prejudicados diante da ineficácia do instrumento no controle dos preços. Ao lado disto, a ausência da CEE e dos Estados Unidos expunha a fragilidade do Acordo, já que não abrangia parte substancial do volume de açúcar negociado no mercado mundial.

Identicamente, o "Sugar Act", que regulava o mercado de açúcar norte-americano através de um sistema de quotas para a produção doméstica e a importação, cessou no final de dezembro de 1974. Sua renovação foi rejeitada pelo Congresso, que se baseou na falta de mecanismos apropriados para garantir o abastecimento e o controle dos preços em tempos de alta no mercado.

O ingresso da Inglaterra no Mercado Comum Europeu, por sua vez, obrigou a revisão do antigo Acordo do Açúcar da Comunidade Britânica. Este acordo firmava compromissos mútuos de compra e venda entre as nações exportadoras e importadoras de açúcar da Comunidade Britânica. Após prolongadas negociações prévias, foi celebrada a Convenção de Lomé, em março de 1975, quando os países em desenvolvimento, pertencentes ao antigo Acordo, incorporaram-se a um conjunto mais amplo de nações, constituindo o grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP). Foi então firmado um convênio entre a Comunidade Européia e os países exportadores de açúcar da ACP, no qual a CEE comprometia-se a importar anualmente uma quota fixa de 1,3047 milhão de toneladas de açúcar daqueles países, por um preço negociado e sujeito à revisão anual.

A situação, que perdurou de 1973 até 1975, quando a estrutura institucional do mercado esteve ameaçada, fortaleceu os movimentos especulativos.A perspectiva inicial era de um possível agravamento da escassez do produto e elevação dos preços, diante do encerramento do Acordo Internacional e do "Sugar Act". Em uma fase posterior, as expectativas criadas com as garantias fornecidas pela CEE aos países da ACP contribuíram para a derrubada dos preços.

1975-1979: Fase de intensa depressão do mercado

Os preços sofreram, a partir daí, um contínuo declínio, interrompido apenas no segundo semestre de 1979, conforme indica o Gráfico 1.

QUADRO 1

AÇÚCAR – Consumo Mundial Per Capita em Anos Escolhidos do Período 1940-1981
(kg de açúcar bruto)

1940	11,9	1968	19,1	1975	18,9
1950	11,9	1969	19,3	1976	19,7
1955	14,2	1970	19,9	1977	20,2
1960	16,4	1971	20,3	1978	20,7
1965	18,0	1972	20,4	1979	21,2
1966	18,3	1973	20,7	1980	20,0
1967	18,5	1974	20,0	1981	19,3

FONTE: OIA.

A principal causa das baixas cotações encontra-se claramente identificada no Quadro 2. Entre as safras 1973/74 e 1974/75, já é possível perceber o início de reversão das tendências de crescimento da produção e consumo mundiais. Enquanto a produção apresentou um decréscimo de 700 mil toneladas (menos 1% sobre a safra anterior), o consumo teve uma perda de 2,6 milhões de toneladas (menos 3% sobre a temporada precedente).

Embora, nas safras seguintes, as duas variáveis tenham retomado suas tendências ascendentes, a produção apresentou uma taxa de crescimento superior à taxa de expansão do consumo. Alguns fatores contribuíram para a formação desse quadro, entre os quais, a expansão da área plantada, em importantes regiões produtoras, devido aos estímulos governamentais insuflados pelos altos preços alcançados pelo produto em 1974. A resposta a estes estímulos veio mais rápida nos países produtores de açúcar de beterraba, em função do menor ciclo vegetativo dessa cultura em relação ao da cana-de-açúcar. A produção mundial de açúcar de beterraba, no ano-safra de 1975/76, teve um incremento de 11%, com a CEE apresentando uma expansão de sua área plantada de 17%. A produção mundial de açúcar de cana retomou seu crescimento na safra seguinte, com um aumento de 6% sobre o resultado obtido na safra 1974/75.

Se em um primeiro momento, a elevação da produção mundial pode ser atribuída à expansão da área plantada de beterraba e cana-de-açúcar, numa segunda etapa, inicia-se um processo generalizado, entre os grandes produtores, de modernização e ampliação de seus parques industriais, com reflexos duradouros sobre a taxa de crescimento da produção de açúcar.

Desde então, geram-se excedentes exportáveis sem contrapartida no desenvolvimento do consumo mundial. Retomando-se o Quadro 1, observa-se um decréscimo no consumo ***per capita*** mundial em 1975, quando foi interrompida a longa série crescente dessa taxa. Evidentemente, o encarecimento do produto foi a principal causa dessa reversão. Entretanto, um novo elemento deve ser considerado, quando se analisa a crise decorrente da desaceleração do crescimento do consumo. Trata-se do aparecimento do "High Fructose Corn Syrup" (HFCS). O emprego do HFCS, para fins alimentícios, cresceu rapidamente nos Estados Unidos. O consumo norte-americano, que era de 450.000 toneladas, em 1975, alcançou um milhão de toneladas, em 1977.

Em julho de 1977, as cotações do açúcar chegaram ao nível mais baixo em cinco anos. Configurou-se, então, um quadro em que o estoque final da safra 1977/78 atingiu 30,5 milhões de toneladas, ou seja, 36% do consumo. Premidos pela necessidade de retirar o mercado de açúcar da profunda depressão que atravessava, exportadores e importadores do produto negociaram um novo acordo internacional.

O Acordo Internacional de 1977

O novo Acordo, embora precedido por conversações que se estenderam por todo o ano de 1977, somente entrou em funcionamento efetivo em julho do ano seguinte. Este Acordo norteou seus mecanismos no sentido de situar o preço de mercado entre a faixa de preços-piso e -teto, por ele estabelecido. No início de sua vigência, esta faixa era de US¢ 11 e 21/lb-peso*.

Cada país exportador, signatário do Convênio, disporia de uma quota efetiva de exportação que, tendo como referencial a chamada "Tonelagem Básica de Exportação" (TBE), fixada periodicamente pela Organização Internacional do Açúcar (OIA), iria variar de acordo com o comportamento dos preços e o cumprimento ou não das quotas estabelecidas nos anos anteriores. Com esse mecanismo, pretendia-se regular a oferta anual de cada membro exportador conforme os preços vigentes.

Um outro importante mecanismo, então estipulado, refere-se ao estoque regulador, a ser formado pelos países exportadores que aderiram ao Convênio. Seu custo seria financiado por um fundo para o qual contribuiriam tanto os países exportadores como os importadores.

A efetividade desses instrumentos ficou, desde logo, comprometida diante da não-adesão de dois dos mais importantes componentes do mercado internacional: os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia. Os norte-americanos, como os maiores importadores do mercado livre, somente ratificaram o Acordo, no final de 1979. A CEE, que, em 1977, participava com 10% do volume total das exportações mundiais, não aderiu ao AIA, esvaziando, em muito, sua capacidade de controle sobre o comércio internacional do açúcar.

*** Em maio de 1981 esta faixa foi alterada para limites entre US¢ 13 e 23/lb-peso.**

A nova fase de instabilidade do mercado

O segundo semestre de 1979 inaugurou um novo período de alta dos preços. Qualquer averigüação acerca dos condicionantes desta alta, em princípio, apontará fatores intimamente associados ao comportamento cíclico do mercado. De acordo com o Gráfico 2, o consumo retomou um ritmo ascendente superior ao da produção.

A reanimação do consumo decorreu não somente dos baixos preços que, até então, vinham prevalecendo no mercado mas, também, das alterações sofridas na própria estrutura da demanda mundial de açúcar. Neste sentido, vale mencionar o aumento do consumo interno de açúcar ocorrido na China e na Índia, como resultado de programas implementados com este objetivo. Também os países exportadores de petróleo passaram a ser grandes consumidores de açúcar branco, provocando verdadeira transformação no perfil do mercado, ao fazer avançar a participação desse tipo de açúcar, no volume total exportado, de 13%, na safra 1976/77, para 30% na safra 1979/80.

A trajetória ascendente da produção mundial, por seu turno, foi interrompida por dois anos consecutivos. Por certo, a seqüência de baixos preços, registrada desde 1976, desestimulou programas de expansão da produção nos principais produtores. Contudo, a causa mais direta do decréscimo da produção foi a série de safras frustradas que atingiu a URSS, Cuba, Tailândia, Índia e Peru.

O déficit do balanço entre oferta e demanda gerou um processo de redução dos estoques. Ainda assim, a relação estoques/consumo esteve sempre bem acima do nível crítico de 24%, durante essa fase de instabilidade do mercado.

Tal fato sugere a existência de outros fatores, não diretamente associados à oferta e demanda, mas que tiveram influência decisiva nas violentas alterações das cotações.

Neste sentido, a presença maciça de capital especulativo nas transações com o açúcar, nas Bolsas de Nova Iorque, Londres e Paris, parece ter desempenhado um papel ponderável na determinação do comportamento dos preços. É elucidativo contrastar o que ocorreu nas principais Bolsas internacionais, nos dois momentos de pico de alta do açúcar. Enquanto em 1974, o volume de contratos negociados nas Bolsas de Nova Iorque e Londres atingiu a um equivalente de 80,2 milhões de toneladas para um movimento físico de 21,8 milhões de toneladas, em 1980, o volume de operações em Nova Iorque, Londres e París correspondeu a 300 milhões de toneladas contra importações mundiais de 29,0 milhões de toneladas de açúcar. Ou seja, em 1974 a relação futuros/movimento físico era

QUADRO 2

AÇÚCAR – Balanço Mundial (1.000 Toneladas – Açúcar Bruto) – 1972/73 a 1981/82

Ano	Estoques Iniciais	Produção	Importações	Exportações	Consumo	Estoques Finais	% Estoques/ Consumo
1972/73	17.853	75.550	24.209	24.860	76.354	16.398	21,48
1973/74	16.398	78.932	24.321	24.590	78.939	16.122	20,42
1974/75	16.122	78.263	24.272	24.832	76.355	17.470	22,88
1975/76	17.470	81.581	23.649	23.341	78.881	20.478	25,96
1976/77	20.478	86.950	27.608	28.472	81.358	25.206	30,98
1977/78	25.206	91.097	27.894	28.387	85.234	30.576	35,87
1978/79	30.576	90.965	27.082	27.667	89.649	31.307	34,92
1979/80	31.307	84.857	29.551	30.211	89.573	25.931	28,95
1980/81	25.931	88.183	28.776	29.299	88.616	24.975	28,18
1981/82	24.975	97.608	28.791	29.273	90.743	31.358	34,56

FONTE: F.O. Licht.

de 3,7, enquanto que, em 1980, a mesma relação foi de 10,3. Torna-se portanto relevante destacar a violenta perda relativa de lastro físico do mercado neste período.

Um outro aspecto que não deve passar despercebido, nesta fase do mercado, é a inefetividade do Acordo Internacional do Açúcar. Quando a média diária dos preços calculada pela OIA ultrapassou a cotação de US¢ 15/lb-peso, as quotas de exportação do Acordo deixaram de vigorar. Por sua vez, os estoques de emergência foram liberados quando o preço superou US¢ 21/lb-peso, seguindo as normas estabelecidas pelo Acordo. Ainda assim, não foi detida a escalada altista dos preços. Ficava patente a falta de efetividade do AIA, novamente comprovada quando se inverteu a conjuntura dos preços e estes despencaram abaixo do preço-piso fixado.

1981: Razões do colapso

Na fragilidade das bases em que estava assentado o mercado reside a causa principal do colapso dos preços, a partir de dezembro de 1980. Além disso, deve ser considerada a influência de fatores exógenos ao mercado, paralelamente ao desequilíbrio entre a oferta e procura do produto. Neste sentido, a elevação da taxa de juros, bem como a própria crise econômica mundial, provocou grande repercussão sobre o mercado. Frente ao custo do dinheiro, os países compradores adotavam na sua quase totalidade, uma política prudente na formação de estoques.

Um outro elemento que veio acentuar a instabilidade do mercado, neste período, foi a já mencionada presença de especuladores, que diante da expectativa de desvalorização do açúcar, por diversas vezes precipitaram a queda dos preços ao desfazerem-se de seus contratos, em grandes proporções, buscando outros mercados mais promissores.

Entretanto, se, por diversas vezes, a crise do mercado pareceu mais artificial do que efetiva, não restam dúvidas de que também existiram fundamentos concretos para justificá-la. Isto porque o breve período de alta dos preços anteriormente descrito, foi apenas uma interrupção circunstancial nas tendências que vinham se afirmando desde 1975.

A retomada do crescimento da produção mundial, a partir da safra 1980/81 deve, antes de qualquer outra explicaçção, ser atribuída à superação das dificuldades enfrentadas nas duas safras precedentes, por parte de alguns países grandes produtores. É o caso de Cuba que superou os problemas oriundos da ferrugem que havia atingido seu canavial. Igualmente significativos foram os avanços na produção obtidos pela Índia, Tailândia e África do Sul.

Merece ainda referência, a sucessão de safras abundantes que ocorreu no Brasil, nos últimos anos. Com a ênfase dada ao Programa do Álcool no país, chegou-se a supor que o país contaria, a partir de então, com um novo e importante elemento estabilizador do mercado. Ou seja, o Proálcool possibilitaria ao Brasil uma maior flexibilidade na sua oferta de açúcar no mercado externo. Assim, em períodos de baixa dos preços do açúcar, o Brasil aumentaria sua produção de álcool e restringiria suas exportações e vice-versa. Entretanto, essa expectativa não se confirmou, visto que o país passou a sofrer problemas de excesso de produção de álcool, sem solução no curto prazo.

CEE: Subsídios e super-oferta

Na análise da recente expansão da produção mundial, o caso da Comunidade Econômica Européia é o mais relevante e, por conseguinte, merece estudo mais aprofundado.

A produção da CEE, desde a safra 1975/76, apresentou um incremento médio anual de 1 milhão de toneladas, enquanto o consumo permaneceu praticamente estagnado. O superávit alcançado pela Comunidade na oferta do açúcar foi suficiente para que esta se transformasse, nos últimos sete anos, de importadora do produto na segunda maior exportadora, superada apenas por Cuba. Este fato basta para que se perceba os efeitos provocados pela "invasão de mercado" pelos europeus que, não participando do AIA, passaram a controlar aproximadamente 20% do comércio açucareiro mundial.

A realidade da CEE, como produtora de açúcar, é bastante complexa. Em seu convívio, existem desde países, como a França, com elevados rendimentos e excedentes de produção, até países, como a Inglaterra, que necessitam importar grandes volumes de açúcar para garantir seu abastecimento.

A Comunidade, como um todo, baseia sua política do açúcar em quatro elementos:

a) A inserção de produtos competitivos — glicose e isoglicose de milho (HFCS) — no planejamento da política açucareira.

b) A importação de açúcar do grupo de países da ACP, segundo os termos da Convenção de Lomé.

c) Um sistema de quotas de produção.

d) A participação financeira dos produtores no custo das exportações de açúcar.

A produção de glicose e isoglicose de milho, no âmbito da Comunidade Européia, subordina-se às normas que regem sua política açucareira. Assim, a produção de HFCS, ao contrário do que ocorre em outros países desenvolvidos, não tem ameaçado a produção de açúcar de beterraba, mantendo-se em torno de 180.000 a 200.000 toneladas anuais.

Quanto à política de importações, assinale-se que o preço pago aos produtores da ACP é, via de regra, bem mais alto do que aquele praticado no mercado livre. Ainda assim, a Inglaterra vem absorvendo quase 85% do açúcar de cana comprado da ACP, visto que sua capacidade de produção do açúcar de beterraba não consegue cobrir a metade de suas necessidades.

O sistema de quotas, por sua vez, opera em dois níveis:

— Cada país recebe uma quota básica (quota A), distribuída internamente entre os empreendimentos açucareiros. Ela corresponde à quantidade de açúcar que o empreendimento poderá produzir e vender no mercado doméstico ou no exterior, por um preço mínimo garantido ("preço de intervenção").

— Cada empreendimento recebe ainda uma quota "B" (nunca inferior a 10% da quota "A") e que também poderá ser produzida e vendida interna ou externamente, por um preço mínimo de garantia.

A diferença entre ambas as quotas reside nas taxas pagas pelos produtores para financiamento dos custos das exportações. Qualquer quantidade de açúcar produzido, acima do fixado nas quotas "A" e "B", não pode ser vendido para o mercado interno, nem ser garantido pelo "preço de intervenção". Neste caso, esta quantidade é chamada de quota "C".

O sistema de financiamento dos custos das exportações de açúcar, por parte dos produtores, obedece as seguintes diretrizes:

— Os produtores pagam uma taxa correspondente a 2% sobre o "preço de intervenção" para todo o açúcar produzido, incluído nas quotas "A" e "B".

— Se esta primeira faixa for insuficiente para cobrir os custos de exportação, uma segunda taxa incidirá sobre a quota "B", limitada a 30% do "preço de intervenção".

— Permanecendo insuficiente a cobrança dessas duas taxas, para a cobertura dos custos com as exportações, incidirá ainda uma terceira taxa sobre a quota "B", de 7,5% sobre o "preço de intervenção", a ser cobrada na safra seguinte.

Embora a Comunidade venha alegando que suas exportações são financiadas pelos próprios produtores, através das taxações que incidem sobre as quotas "A" e "B", torna-se evidente que a produção é subsidiada através da fixação do "preço de intervenção".

Segundo a publicação londrina "The Public Ledger"*, a CEE estaria pagando, em novembro de 1982, um preço interno quase 300% acima do preço vigente no mercado livre, o que representaria um subsídio de aproximadamente 200 libras (300 dólares) para cada tonelada de açúcar exportada. Estima-se, ainda, que a Comunidade teria gasto cerca de 1 bilhão de dólares com os subsídios para o produto, em 1982.

Embora tenha conseguido, até o presente, desvencilhar-se das queixas levantadas por outros grandes exportadores perante o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a CEE vem dando mostras de preocupação quanto aos efeitos de sua política de subsídios. Neste sentido, decidiu, na última safra, reter estoques extras, de modo a evitar que fossem lançados no mercado todos os excedentes da produção interna. Ao mesmo tempo, pretendia pressionar os produtores europeus, a fim de reduzir a área plantada de beterraba para a safra seguinte. Ainda que estocando 1,7 milhão de toneladas (1 milhão de toneladas correspondente à quota "C" e 700 mil toneladas às quotas "A" e "B"), a política para o açúcar da CEE parece não ter encontrado uma coerência, na medida em que reajustou recentemente o "preço de intervenção" em 9,5%, curvando-se à pressão dos "lobbies" dos produtores de beterraba.

* "Radical changes proposed for sugar pact" — "The Public Ledger", de 13/11/82.

O protecionismo norte-americano e a expansão dos sucedâneos

Ainda que o mercado internacional tenha sido convulsionado por fortes aumentos da produção, não restam dúvidas de que o comportamento do consumo também contribuiu para o atual desequilíbrio. Várias são as causas que podem explicar esse fato, entre elas a crise econômica, campanhas de desincentivo do consumo do açúcar sob a alegação de seus efeitos nocivos à saúde humana e, sobretudo, sua progressiva substituição por sucedâneos. A expansão do uso dos sucedâneos, pela sua importância, exige uma abordagem específica da política norte-americana para o produto.

O consumo de açúcar nos Estados Unidos vem caindo ao longo das duas últimas décadas. Em 1981, foi registrada a maior baixa no período de dezessete anos, atingindo apenas 8,96 milhões de toneladas. Para 1982, está estimado pelo USDA um consumo ainda menor, de apenas 8,07 milhões de toneladas. Ademais, as importações mostram-se decrescentes, tendo ocorrido uma redução de quase 50% no volume médio importado nos últimos cinco anos.

Esta tendência foi fortalecida, no início de 1982, pela aplicação de um conjunto de medidas que compõem o Programa de Açúcar norte-americano. Inicialmente foi estabelecido um preço mínimo a ser pago aos processadores. Como as cotações do açúcar apresentavam-se extremamente baixas, fixou-se uma taxa de importação, a ser ajustada trimestralmente. Pretendia-se com essa medida proteger o produtor doméstico.

Entretanto, segundo as normas da mesma legislação, o governo não poderia fixar uma taxação superior em 50% do preço do açúcar no disponível. Quando, em maio de 1980, a taxa de importação do açúcar bruto já havia atingido US¢ 4,0703/lb-peso e a cotação do mesmo açúcar, na Bolsa de Nova Iorque, estava em US¢ 9,0/lb-peso, essa taxação mostrou-se inviável. Diante disto, o governo optou por uma medida de contenção das importações ainda mais drástica, ou seja, pela fixação de um sistema de quotas de importações dos Estados Unidos. As taxas de importação foram gradativamente reduzidas, até que, em outubro de 1982, foi removida a taxação sobre o açúcar bruto e fixada em US¢ 1/lb-peso sobre o tipo refinado.

Em compensação, devido ao sistema de quotas, as importações norte-americanas foram limitadas em 2,72 milhões de toneladas em 1982, prevendo-se que, para 1983 e 1984, serão fixadas quotas de 3,08 milhões de toneladas e 2,72 milhões de to-

QUADRO 3

ESTADOS UNIDOS: Consumo Per Capita de Açúcar Refinado e Adoçantes de Milho
(kg)

Ano	Açúcar Refinado	Adoçantes de Milho		
		Isoglicose*	Glicose	Dextrose
1972	46,4	0,6	7,0	2,0
1973	45,7	1,0	7,5	2,2
1974	43,4	1,4	7,8	2,2
1975	40,4	2,3	7,9	2,3
1976	42,4	3,3	7,9	2,3
1977	42,7	4,3	8,0	1,9
1978	41,5	5,5	8,1	1,7
1979	40,5	6,8	8,1	1,6
1980	38,0	8,7	8,0	1,6
1981	36,1	10,6	8,1	1,6

* HFCS.
FONTE: Departamento Agricultura dos Estados Unidos.

neladas, respectivamente.

A política norte-americana apresenta-se como protecionista dos interesses dos processadores locais de açúcar, objetivando a manutenção de um preço-suporte de US¢ 17/lb-peso. Contudo, tal política se mostra excessivamente onerosa para o consumidor doméstico. Diante disto, a saída encontrada para os consumidores tem sido o aumento da utilização dos adoçantes de milho.

O Quadro 3 estabelece uma comparação entre o consumo *per capita* do açúcar refinado e o dos adoçantes de milho, entre 1972 e 1981. Fica nítido o fato de que o consumo *per capita* de açúcar cumpre trajetória inversa ao dos adoçantes de milho, identificando-se o processo de substituição que ora vem ocorrendo. Destaca-se entre os adoçantes de milho a Isoglicose (HFCS), que alcançou uma taxa de crescimento média de consumo *per capita* de 35% a.a., no período 1972/81.

As vendas de HFCS, em 1982, foram estimadas em 3,4 milhões de toneladas. A maior demanda pelo produto parte da indústria alimentícia, em razão de sua forma líquida. A indústria de refrigerantes, particularmente, absorveu 48% do volume total produzido de HFCS, em 1981.

A tendência, manifestada pelas indústrias, de substituição do açúcar pelo HFCS deverá ter continuidade, visto que os Estados Unidos vêm arcando com volumosos excedentes na produção de milho*, o que permite a oferta de seus subprodutos — entre os quais, os adoçantes de milho — a preços substancialmente baixos. Colateralmente, a atual política protecionista do açúcar garante a competitividade daqueles sucedâneos. Como exemplo marcante, devem ser citados os preços praticados em 1982, quando o açúcar refinado chegava ao consumidor por US¢ 21/lb-peso, e o nível do preço do HFCS era de US¢ 15/lb-peso.

Um processo semelhante ocorre no Japão, onde o HFCS é vendido a um preço 20% abaixo do açúcar refinado e vem conquistando fatias importantes do mercado consumidor tradicional. Em conseqüência, o HFCS já domina 25% do mercado japonês.

Impasse do mercado exige um novo Acordo

O quadro, até aqui traçado, retrata a situação de impasse que vive o comércio internacional do açúcar. Os fatos novos que afetam a produção e o consumo mundial do produto — como é o caso da política de subsídios da CEE e o processo de substituição do açúcar por sucedâneos nos países desenvolvidos — têm-se constituído num desestabilizador a mais de um mercado de características cíclicas. A reversão deste quadro somente será possível mediante a efetiva disposição, tanto da parte de países exportadores como de importadores, de empreenderem uma nova ordem no comércio mundial do produto. Torna-se, assim, indispensável uma avaliação do malogrado Acordo Internacional do Açúcar, bem como o esforço de todas as partes na identificação e prática de meios que garantam uma maior estabilidade para o mercado.

A avaliação de que o Acordo, firmado em fins de 1977, não foi bem sucedido em seus objetivos, respalda-se em dois fatos inquestionáveis. Em primeiro lugar, o Convênio não conseguiu a adesão da CEE, o que veio a comprometer seriamente sua representatividade no comércio internacional. Em segundo lugar, após cinco anos de existência do recente Acordo, somente durante onze meses o preço internacional do açúcar manteve-se dentro dos limites fixados como piso e teto pelo Acordo. A sua falta de efetividade, aliás, parece ter sido, mais uma vez, comprovada em maio de 1981, quando as cotações caíram abaixo de US¢ 16/lb-peso e as restrições às exportações do AIA foram acionadas, sem que se conseguisse manter os preços nos limites de US¢ 13-23. O próprio fato do Convênio ter sido estendido por dois anos, em novembro de 1981, não causou qualquer repercussão no mercado, o que ratifica seu descrédito.

Uma das principais críticas, que se levantam contra o Acordo, diz respeito aos critérios de fixação das Tonelagens Básicas de Exportação e conseqüentemente às quotas de exportação. As TBE's, que, até o ano passado, vinham sendo reajustadas em 10% ao ano, mostraram-se sempre excessivas quando comparadas aos níveis da demanda no mercado livre. Considera-se ainda que o mecanismo da redução das quotas de exportação, limitado em 15% de seu total, é insuficiente para fazer frente ao excesso de oferta atual do produto. Embora a OIA tenha decidido, no final de 1982, congelar as TBE's para os próximos dois anos, não se considera provável o nivelamento entre as quotas de exportação e as requisições de açúcar do mercado importador.

* Ver comentário sobre milho neste boletim.

Outro instrumento controvertido do AIA é o da formação dos estoques especiais. As críticas, que então se levantaram, referem-se ao volume de 2,5 milhões de toneladas, a ser estocado até o final de 1983, considerado insuficiente para enfrentar a atual situação de superávit da oferta. Além disso, colocam-se dúvidas quanto à capacidade financeira da OIA de manter estes estoques cobrando uma taxa de US$ 1,50 por tonelada de açúcar exportada.

Ainda que as questões das quotas de exportação e da formação dos estoques especiais sejam consideradas as principais debilidades do Acordo, apontam-se ainda dois outros pontos frágeis: a não interferência do AIA na crescente perda de mercado para os adoçantes de milho nos EUA e no Japão, e o "status" especial concedido a Cuba, que tem permitido a expansão livre de sua produção, em razão da quase total ausência de controle exercido pelo AIA sobre os contratos preferenciais que Cuba mantém com os países do Comecon.

Propostas para um novo Acordo

A CEE estipula como essenciais três condições para tornar-se signatária do Acordo:

1. O controle pelo AIA do desenvolvimento de sucedâneos do açúcar.

2. O controle mais estrito sobre as exportações dos países desenvolvidos.

3. Uma maior vigilância sobre os efeitos dos acordos preferenciais.

Daí, depreende-se que o ingresso da Comunidade no atual Convênio apresenta-se cercado por barreiras praticamente intransponíveis. Isto porque suas exigências, caso atendidas, abalariam fortemente os interesses de alguns dos países-membros, tais como: os Estados Unidos e o Japão com suas políticas de favorecimento dos adoçantes de milho; a Austrália, contemplada por uma elevada quota de exportação; e Cuba, que destina 85% de suas vendas para os países socialistas, por meio de acordos preferenciais. Em contraposição, a CEE seria obrigada a se sujeitar, igualmente, às condições propostas.

Portanto, a única alternativa para que o mercado disponha de um instrumental jurídico capaz de viabilizar sua estabilização é o estabelecimento de um novo Acordo. Mantendo-se o sistema atual de quotas e de formação de um estoque regulador como elementos básicos do Acordo, o próximo passo deveria ser o aperfeiçoamento destes instrumentos. Assim, para que o sistema de quotas funcione efetivamente, torna-se necessário que as TBE's sejam ajustadas ao nível das requisições do mercado, ainda que em prejuízo dos interesses dos países exportadores. Por outro lado, o sacrifício exigido aos países exportadores, membros do Acordo, poderia ser minimizado com a fixação de um sistema de quotas mínimas de importação. Esta seria uma iniciativa concreta no sentido de coibir a tendência de queda das importações, provocada tanto pelo incremento da produção doméstica dos países importadores como pelo crescente uso mundial de sucedâneos do açúcar.

A formação dos estoques especiais, por sua vez, deveria ser reforçada pela fixação de uma meta mais ambiciosa e pela cobrança aos exportadores e importadores de uma taxa que cobrisse realmente os custos administrativos.

A possibilidade de que, no ano de 1983, um novo Acordo seja estabelecido não está assegurada. Tudo vai depender da flexibilidade das partes interessadas, em abrir mão de seus interesses imediatos, na busca de um mercado mais firme.

Caso não se concretize este novo Pacto, as perspectivas para o mercado, nos próximos anos, permanecerão inquietantes. De um lado, nada garante que a CEE conseguirá dobrar a poderosa pressão interna dos produtores de beterraba, retirando seus subsídios e reduzindo a produção. E mesmo que consiga fazê-lo, tal fato servirá, quando muito, para contrabalançar uma possível recuperação da safra soviética, que foi duramente atingida pelas más condições climáticas nos últimos dois anos. Merece ainda menção o fato de que Cuba estipulou uma meta de produção de 10 milhões de toneladas para 1985, e vem investindo tanto na renovação de sua lavoura canavieira como na modernização da indústria açucareira para poder cumprí-la. Por outro lado, tudo leva a crer que os Estados Unidos e o Japão darão seguimento aos programas de substituição do açúcar pelos adoçantes de milho.

Mesmo nesse contexto nada alentador, não se exclui totalmente a possibilidade de novas altas nas cotações, como ocorreu por duas vezes na última década. Caso isso ocorra, a majoração dos preços será por certo fruto de fatores eminentemente circunstanciais, uma vez que, deixando de existir tais fatores, o mercado novamente irá amargar longos períodos de crise, oriundos, sobretudo, da falta de efetividade do seu principal instrumento de controle, que é o AIA.

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

Estoques internacionais elevados devem impedir alta das cotações

MERCADO INTERNACIONAL

Em 1983, o mercado internacional de algodão deverá ter comportamento semelhante ao do ano passado, mesmo considerando-se possível uma pequena recuperação da economia mundial, com reflexos positivos na atividade industrial e conseqüentemente no consumo da fibra. Isto porque os elevados estoques existentes deverão ser razão suficiente para manter as cotações do produto muito próximas do atual patamar (ver Quadro 1).

Deste modo, muito embora a estimativa da produção mundial da fibra indique uma queda de 4%, a oferta, ainda assim, elevar-se-á 2,6%, tendo em vista o aumento apresentado nos estoques (ver Quadro 1). Neste contexto, espera-se um crescimento para o consumo industrial nos países produtores da ordem de 1,5%, enquanto a demanda mundial deverá apresentar queda de 1,7%, refletindo desta forma a redução esperada nas importações mundiais. As importações, deverão assim apresentar queda de 12%, seja por safras maiores nos países importadores — como é o caso da China que este ano deverá reduzir significativamente suas importações de algodão — seja por menor consumo industrial desses países. Este é o caso dos EUA que, embora sendo o principal exportador mundial de algodão em pluma, vêm tendo suas vendas reduzidas em face da valorização do dólar frente às principais moedas de transação internacional. As exportações norte-americanas que, no ano comercial 1981/82, foram de 6,6 milhões de fardos, deverão ficar em 5,4 milhões, em 1982/83, segundo a última estimativa divulgada pelo USDA. Além da valorização do dólar, outra razão para esta redução é o menor volume de compras chinesas, cuja safra 1982/83 deverá ser 14% maior do que a anterior (ver Quadros 2 e 3). No ano comercial 1981/82, a China absorveu 24% das exportações norte-americanas de algodão, seguida pela Coréia e pelo Japão. Esses três países, em conjunto, foram responsáveis por 60% das vendas dos EUA.

Para o próximo ano comercial 1983/84, cujo início é no mês de agosto, o governo norte-americano, além de prosseguir com o programa de redução voluntária da área plantada, reservou recursos da ordem de US$ 18 milhões para um programa que visa incentivar as exportações e o consumo de algodão no mercado interno. Juntamente com estas medidas, deverá entrar em vigor, a partir de 24 de janeiro de 1983, o "programa de

QUADRO 1

ALGODÃO — Balanço de Oferta/Demanda Mundial
Anos Comerciais 1981/82 e 1982/83
(1.000 fardos de 480 lb-peso)

Discriminação	1981/82	1982/83[1]	Variação anual (em %)
Estoque inicial	22.800	28.000	22,8
Produção	71.000	68.200	(-4,0)
OFERTA TOTAL	93.800	96.200	2,6
Uso industrial	65.800	66.700	1,4
DEMANDA TOTAL	65.800	66.700	1,4
Estoque final	28.000	29.500	5,4
Exportações ou Importações	20.000	17.600	(-12,0)

FONTE: USDA (via Unicom News).
[1] Estimativa de dez/82.

pagamento em produto" que visa reduzir para cerca de 3,5 milhões de fardos o estoque atual de algodão norte-americano, que é da ordem de 6,5 milhões. Este programa, caso seja efetivamente implementado, irá atuar diretamente sobre o nível de estoques, na medida em que o agricultor irá receber, em *commodities*, o equivalente do produto que deixou de plantar, como compensação pela redução da área cultivada. Desta forma, reduz-se a produção (via redução de área plantada), reduzem-se os estoques (via pagamento em produto aos lavradores) e reduzem-se os recursos destinados à agricultura através do programa de sustentação de preços nos mercados agrícolas. Ressalte-se que o programa de "set aside", implementado na safra 1982/83, no caso do algodão, conseguiu atingir seus objetivos de redução de 15% na área de cultivo da malvácea. A redução ficou na casa de 28,4%, passando de 13,8 milhões de acres para 9,9 milhões. No entanto, a queda obtida na safra, da ordem de 3,5 milhões de fardos, foi inferior à esperada devido ao aumento de 39% ocorrido na produtividade da lavoura. Além disso, esta queda foi mais do que compensada pelo aumento verificado nos estoques, resultado do desempenho precário da indústria. Deve-se destacar ainda que, segundo as projeções do USDA, o estoque final do ano 1982/83 deverá superar novamente o anterior (7,8 milhões de fardos contra 6,5 milhões), significando que as metas do programa de reativação do mercado poderão não ser alcançadas (ver Quadro 3).

O programa de pagamento em produto, influenciando em tempo hábil as decisões de plantio dos cotonicultores, poderá ter, pois, influência significativa sobre os estoques norte-americano e mundial, tendo em vista que cerca de 24% dos estoques mundiais da fibra estão nos EUA.

Para 1983/84, as atuais projeções do USDA apontam para maiores estoques mundiais, mesmo considerando-se a expansão de 1,4% esperada no consumo em 1982/83. Em relação ao ano comercial 1981/82, a temporada 1983/84 terá início com um estoque 30% maior, volume suficiente para mais de 4 meses de consumo, considerando-se os atuais níveis de absorção industrial da fibra (ver Quadro 1). Assim, o comportamento dos preços do algodão no mercado internacional no curto prazo, não deverá apresentar alterações significativas, em face do balanço de oferta/demanda mencionado. É improvável, entretanto, a ocorrência de queda nas cotações, tendo em vista o baixo patamar em que se encontram.

O mercado de têxteis deverá ser ainda mais competitivo em 1983, uma vez que os novos acordos bila-

QUADRO 2

ALGODÃO – Balanço de Oferta/Demanda Norte-Americano
Anos Comerciais 1981/82 e 1982/83
(1.000 fardos de 480 lb-peso)

Discriminação	1981/82	1982/83[1]	Variação anual (em %)
Estoque inicial	2.700	6.500	140,7
Produção	15.600	12.100	(-22,4)
OFERTA TOTAL	18.300	18.600	1,6
Uso industrial	5.300	5.400	1,9
Exportações	6.600	5.400	(-18,2)
Estoque final	6.500	7.800	20,0
DEMANDA TOTAL	18.300	18.600	1,6

FONTE: USDA (via Unicom News).
[1] Estimativa de dez/82.

terais, assinados no âmbito do MFA, não têm sido capazes de garantir uma expansão do comércio mundial desses produtos. Além disso, subsistem casos isolados que poderão suscitar medidas protecionistas ainda maiores. No Japão, um desses casos, a indústria de fios reivindicou ao governo sobretaxação de artigos têxteis provenientes do Paquistão e da Coréia, alegando danos às indústrias locais.

Os EUA, por outro lado, também ameaçam sobretaxar alguns produtos têxteis importados da China, alegando que o expressivo crescimento das exportações chinesas de têxteis, nos últimos 2 anos, vem aumentando a crise da indústria norte-americana. As negociações para a renovação do acordo bilateral existente entre os dois países, cujo prazo expirou em 31 de dezembro de 1982, ainda não superaram as divergências, o que poderá ocorrer nas conversações, marcadas para a primeira quinzena de janeiro em Pequim, quando então novo acordo poderá ser firmado. No tocante aos acordos bilaterais negociados pela Comunidade Econômica Européia, no âmbito do MFA, somente o da Argentina não foi renegociado, em represália à CEE pelo boicote comercial decretado na época da Guerra das Malvinas. Todos os demais países (a Comunidade tem acordos bilaterais com 27 países) assinaram novos acordos que entraram em vigor no dia 1º de janeiro, com validade até meados de 1986.

QUADRO 3

ALGODÃO – Produção Mundial Segundo os Principais Produtores – Safras 1981/82 e 1982/83 (1.000 fardos de 480 lb-peso)

Países	1981/82	1982/83[1]	Variação anual (em %)
EUA	15.600	12.100	(-22,4)
URSS	13.500	13.300	(-1,5)
China	13.600	15.500	14,0
Índia	6.300	6.200	(-1,6)
Paquistão	3.500	3.700	5,7
Egito	2.300	2.100	(-8,7)
Turquia	2.200	2.100	(-4,5)
Brasil	2.900	3.200	10,3
América Central	900	700	(-22,2)
México	1.400	900	(-35,7)
TOTAL MUNDIAL	71.000	68.200	(-4,0)

FONTE: USDA (via Unicom News)
[1] Dados preliminares de dez/82.

CAFÉ

As novas medidas para a cafeicultura

O governo federal anunciou, recentemente, um novo pacote de medidas para a cafeicultura, provocando, com isso, veementes protestos da área rural. A reação não poderia ser outra. Importantes conquistas do setor estão sendo sumariamente derrubadas, e o resultado, por certo, acarretará, no futuro, prejuízos para a lavoura. Por decisão do MIC, o IBC venderá cerca de 2,5 milhões de sacas de 60 kg do estoque oficial para o setor privado, durante o primeiro semestre de 1983. Além disso, será eliminada a prática de reajustar o preço de garantia, mensalmente, em proporção idêntica à da variação da taxa cambial, como vinha ocorrendo desde meados do ano passado. Paralelamente ao congelamento do preço de garantia,

o confisco cambial foi indexado à taxa de câmbio. Vale dizer, o confisco voltará a ser corrigido toda a vez que o governo decretar uma desvalorização do cruzeiro frente ao dólar.

Todas essas medidas têm um único objetivo principal: reduzir ao mínimo o ritmo de crescimento nominal das cotações internas do café, pois, em julho próximo, espera-se uma colheita relativamente abundante, cujos excedentes, por certo, serão absorvidos pelo IBC. O pacote pretende, portanto, minimizar o efeito altista decorrente da escassez interna durante o primeiro semestre de 1983 e, principalmente, impedir que a elevação nominal dos preços que ocorrer, venha a consolidar-se sob a forma de aumentos no preço de garantia.

Sem dúvida, a venda de parte do estoque oficial (calculado em 10,6 milhões de sacas) justifica-se pela reduzida disponibilidade de café em poder do setor privado e, também, pela qualidade insatisfatória deste produto. Segundo estimativa do MIC, o estoque privado era de 7 a 8 milhões de sacas no início de 1983. Durante o primeiro semestre, o consumo interno absorverá cerca de 3,5 milhões de sacas e, o mercado externo, algo próximo a 8,5 milhões, perfazendo um total de 12 milhões de sacas. Portanto, o déficit estimado é de 4 a 5 milhões. A menos que o início da safra seja antecipado e o ritmo da colheita, aceleradíssimo, o IBC terá que se desfazer ainda de uma quantidade de café superior à que foi autorizada pelo CMN.

A venda, conforme foi divulgado, terá início em janeiro e será realizada sob a forma de leilões diários de pequenos lotes, com lance mínimo definido pelo preço vigente no mercado físico e sob o controle da Bolsa de Mercadorias de São Paulo. De fato, a comercialização parcial do estoque do governo se faz necessária, impondo-se pela própria insuficiência das disponibilidades particulares. Por sua vez, a adoção do sistema de leilões, à semelhança do que foi feito em 1979, assegura que as cotações do mercado doméstico não serão pressionadas em demasia. Apesar desses fatos, não é possível negar, como parecem pretender as autoridades, que o produtor será prejudicado, principalmente aquele que, há seis meses, na impossibilidade de obter crédito de comercialização, foi levado a vender a produção ao IBC.

Na verdade, porém, os protestos dos cafeicultores estão centrados, menos nos leilões, e muito mais no congelamento do preço de garantia e na indexação do confisco cambial. Note-se que estas duas medidas comprimem o preço interno em suas duas pontas, simultaneamente. A indexação do confisco equivale a anular grande parte do aumento da receita unitária da exportação, medida em cruzeiros, decorrente da desvalorização do câmbio; o congelamento do preço de garantia impede que eventuais ganhos de preço sejam consolidados pelo aumento do suporte oficial.

Durante o segundo semestre de 1982, o reajuste mensal do preço de garantia cumpriu o importante papel de melhorar as condições de barganha do cafeicultor. Apesar da pequena safra e da perspectiva de preços melhores para o início de 1983, o IBC comprou mais de 1,5 milhão de sacas, fato que reflete o grau de dificuldade de obtenção de crédito para estocagem. Por seu turno, o exportador deparava-se com um mercado externo sustentado pelo Acordo Internacional e o sistema de cotas individuais de exportação conferia-lhe posição vantajosa para negociar. Em conseqüência, a margem de comercialização do segmento exportador permaneceu extremamente alta até fins de 1982. O reajuste mensal do preço de garantia, sem afetar aquela margem, permitiu que o preço recebido pelo produtor sofresse aumentos nominais sucessivos equivalentes à correção cambial, constituindo-se em um suporte efetivo e sempre ascendente.

Segundo declarações das autoridades, a prática dos reajustes mensais não se justifica mais. Isto porque a própria escassez interna fará com que a cotação do café evolua satisfatoriamente. Cabe lembrar, no entanto, que a próxima safra, estimada oficialmente em 29,4 milhões de sacas, entrará no mercado com um preço de garantia defasado de seis meses, caso o congelamento, de fato, seja mantido; a descapitalização do produtor

será a mesma de hoje e as dificuldades de obtenção de crédito de comercialização, possivelmente, ainda maiores do que as atuais. Em conseqüência, o produtor que, no ano passado, vendeu café ao IBC pelas mesmas razões, novamente o fará em julho próximo e, desta feita, por um preço de garantia menor em termos reais.

A terceira medida — a indexação do confisco cambial — poderá trazer conseqüências desastrosas ao mercado doméstico. A receita unitária de todo e qualquer produto exportado pelo Brasil aumenta em proporção idêntica à da desvalorização cambial, na hipótese de preços externos constantes. Aliás, desvaloriza-se o câmbio, entre outras razões, justamente para se permitir um aumento nominal da receita, em cruzeiros, do exportador e, com isto, preservar a competitividade externa dos produtos brasileiros. Quando entra em vigor a indexação do confisco do café, este produto transforma-se em uma exceção única àquela regra, pois a receita unitária do exportador cresce menos do que a taxa de câmbio. Com isto, estabelece-se um teto irreal para a evolução dos preços internos, o qual pode, a curto prazo, tornar gravosa a exportação de café.

O exemplo hipotético, constante do Quadro 1, ajudará a ilustrar a questão. A receita unitária bruta em cruzeiros equivale à diferença entre o preço externo e o confisco, multiplicada pela taxa de câmbio. No "Momento I", este resultado é igual a Cr$ 24.000,00/sc. No "Momento II" considera-se que, por hipótese, a taxa de câmbio sofreu um reajuste de 50%. Na hipótese II (indexação do confisco), a receita unitária eleva-se em apenas 19%. Os 31% restantes serão absorvidos pelo governo, através do reajuste do confisco, cujo valor em cruzeiros aumentou 125%. Note-se, ainda, que este efeito acumulado ocorre quando o IBC reajusta o confisco em proporção idêntica à desvalorização cambial, conforme consta dos planos declarados pelas autoridades. No entanto, as duas últimas elevações do confisco (de US$ 50,00/sc para US$ 51,50, e deste valor para US$ 53,00/sc) superaram consideravelmente os índices de correção aplicados à taxa de câmbio.

Por último, cabe registrar o episódio insólito verificado quando da divulgação da carta de intenções do Brasil para o FMI. Nesta carta consta, literalmente, que o país pretende eliminar o confisco cambial do café ao longo de 1983. No mesmo dia, o IBC expediu uma resolução reajustando pa-

QUADRO 1

CAFÉ — Efeito Hipotético da Indexação do Confisco Cambial sobre a Receita Unitária da Exportação

	Preço Externo US$/sc	Confisco Cambial US$/sc	Receita Unitária Bruta US$/sc	Taxa de Câmbio Cr$/US$	Receita Unitária Bruta Cr$/sc
Momento I	170	50	120	200	24.000
Momento II					
Hipótese I	170	50	120	300	36.000
Hipótese II	170	75	95	300	28.500

ra US$ 51,50/sc o valor daquela cota. Qual o significado desta atitude? Caso o governo pretendesse, de fato, eliminar o confisco, o caminho natural seria reduzí-lo gradativamente e nunca aumentá-lo. Além disso, outra questão, ainda mais importante, permanece carente de resposta por parte das autoridades: por que o Brasil incluiu a eliminação do confisco na carta de intenções, se esta medida, caso adotada, teria como conseqüência evidente a redução da receita cambial do país?

MILHO

Oferta elevada nos EUA não impede retração da produção de carnes

MERCADO INTERNACIONAL

Segundo relatório norte-americano de meados de dezembro, a oferta de milho para o ano comercial 1982/83, naquele país, deverá ser da ordem de 271,7 milhões de t, das quais 60,1 milhões de t provenientes do estoque remanescente da safra anterior. Ou seja, 15,8% a mais do que a quantidade disponível na temporada 1981/82.

No período 1982/83, o consumo interno do produto, por sua vez, estimado em 129,5 milhões de t, deverá registrar crescimento de apenas 0,2% em comparação com o da temporada anterior, devido, notadamente, ao fraco desempenho do complexo-carne naquele país. Além disso, as vendas ao exterior, até meados de dezembro, alcançaram apenas 53,3 milhões de t ratificando a perspectiva de que o estoque final do produto atinja um novo recorde, superior ao precedente em quase 77%.

Conforme o exposto na Análise de Grãos publicada em **"Agroanalysis"** vol. 6, nº 12, o peso desta enorme sobra, aliado a uma fraquíssima demanda externa, fez com que os preços do milho se mantivessem sob pressão durante todo o ano, gerando não só insatisfação junto aos produtores como também um desgaste muito grande do atual governo norte-americano, junto aos agricultores do "corn belt". E, por último, mas não menos importante, ficou evidente que o plano de "set aside" proposto pelo USDA para a safra 1982/83 foi insuficiente, tendo em vista que a redução da área colhida com o cereal foi menor do que a esperada, inferior em apenas 1,9% à superfície da temporada anterior.

Desta forma, premidas pela necessidade de evitar que a situação venha a repetir-se em 1983, as autoridades agrícolas norte-americanas buscaram adicionar à atual sistemática do programa agrícola de "set aside" o chamado sistema de "pagamento em produto". Por este sistema (que buscará reduzir a área plantada com trigo, grãos para arraçoamento, arroz e algodão), os produtores receberão pagamento em *commodities*, ao diminuírem a extensão cultivada com estes produtos. Ou seja, por esta diminuição de área, os produtores serão compensados com uma certa quantidade de grãos que o governo lhes repassará, que poderá ser utilizada (se for o caso) para o arraçoamento animal, ou vendida diretamente ou, ainda, estocada à espera de melhores preços.

Uma vez que, dentro deste programa, o produtor optante poderá deixar de plantar de 0 a 100% de sua área normalmente cultivada, o USDA acredita estar trilhando o caminho certo para que o país, em 1983, contorne os sérios problemas de estocagem e de venda de grãos (principalmente milho) ao exterior, verificados no ano passado.

De fato, o ano de 1982 provou ser dos mais amargos para o setor agropecuário norte-americano, pois se, do lado dos grãos, a situação foi de larga oferta e baixos preços, do lado da pecuária não se obteve a reativação do mercado esperada em função da queda dos preços destes alimentos animais (ver Gráfico 1).

No ano passado, a produção de carnes* naquele país revelou-se 3% inferior à de 1981, uma vez que os criadores, diante da incerteza quanto ao desempenho da economia, optaram pela não-expansão dos rebanhos, visando, com isso, a sustentação dos preços da carne em geral e a preservação das margens de lucro.

Dentre os produtos que compõem o complexo-carne norte-americano, em 1982, a carne de porco apre-

* À exceção do pescado.

sentou um mau desempenho, com uma redução da produção de 11% em relação à de 1981, enquanto as produções de carnes avícola e bovina permaneceram praticamente estáveis no período.

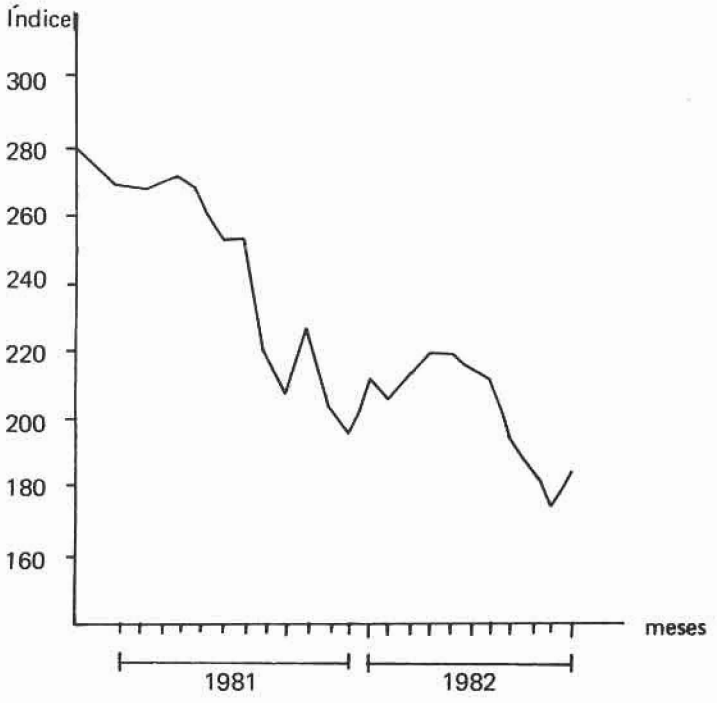
Tal resultado, no entanto, já era esperado, pois os suinocultores norte-americanos, ante os prejuízos financeiros que vinham sofrendo, reduziram, ainda em 1981, drasticamente o número do rebanho em produção, fazendo com que, naquele mesmo ano, houvesse uma queda de 4% na tonelagem produzida, em comparação com 1980. E, a despeito da manutenção dos níveis baixos de preço do milho durante o ano passado, os criadores continuam ainda hoje firmes na busca de melhores preços pelos animais terminados, agora mais motivados, em face da própria queda do consumo *per capita* da carne suína nos EUA (entre janeiro e junho de 1982, o consumo caiu 8,6% em comparação com o mesmo período de 1981). Em função dessa determinação, o rebanho suíno norte-americano, em meados do ano passado, era não só 13% inferior ao de um ano antes como também o menor desde 1975.

Já a bovinocultura e a avicultura norte-americana conseguiram vencer o ano com produções de carne semelhantes às de 1981, o que traduz a cautela dos produtores em expandir seus plantéis. À semelhança do observado junto aos criadores de suínos, também os pecuaristas e avicultores preferiram evitar apostar numa recuperação da economia a curto prazo, encarando com reservas a perspectiva de um reaquecimento da demanda. Desta forma, o aumento de apenas 0,8% observado na produção de carne de aves, no período 1982/81, deveu-se, unicamente, ao maior peso dos animais abatidos, enquanto a expansão da bovinocultura foi ainda menos expressiva, alcançando apenas 0,6%.

Dando continuidade à expectativa pessimista quanto à recuperação da economia e ao aumento da demanda, o complexo-carne norte-americano aponta para uma retração de sua produção da ordem de 1% em 1983, ficando as maiores quedas por conta

GRÁFICO 1

EUA — Grãos para Arraçoamento: Índice Mensal de Preços (1967 = 100) — Janeiro 1981 a Novembro 1982



FONTE: FAO.

dos setores de carne de vitela (-9%) e de suínos (-3%), ocorrendo expansão apenas no setor avícola, de 2%, e retraindo-se em 1% a produção de carne de boi. Isto significa que a produção de carne de aves servirá, como já se tornou habitual, para cobrir a parcela da oferta de proteínas animais que ficaria a descoberto com a retração das pecuárias bovina e suína. O curto ciclo da ave e o alto padrão de conversão alimentar alcançado pela avicultura daquele país, deverão atuar, mais uma vez, de forma favorável à expansão desta atividade criatória, beneficiada pelo arrefecimento da alta dos custos de produção em 1982 e, especificamente, pela queda das cotações do milho e da soja.

O desempenho esperado para a suinocultura em 1983 prende-se diretamente à tendência dos preços do milho. Como o preço "target"* do cereal para 1983 propiciará maior lucratividade ao suinocultor produtor de milho, é praticamente certo que os suinocultores preferirão colocar o cereal recém-colhido no programa de sustentação de preços do governo a proceder à engorda dos animais para venda, tendo em vista os níveis baixos dos preços futuros dos suínos terminados para setembro/outubro de 1983.

Neste contexto, o compromisso das autoridades agrícolas norte-americanas em buscar a redução da área cultivada com o milho, na safra de 1983, assume contornos mais delicados, já que não se espera nenhuma recuperação significativa do consumo de rações animais. A própria avicultura que, normalmente, dá certa sustentação ao complexo-carne em momentos de crise, deverá defrontar-se, ainda, com um acirramento da concorrência internacional no que tange às exportações de frangos, à semelhança do ocorrido em 1982 (no período de julho a setembro, as exportações norte-americanas desta ave foram 38% inferiores às de igual período de 1981).

Daí, a grande expectativa quanto ao resultado da conjugação do tradicional "set aside" ao programa de "pagamento em produto", que poderia, em princípio, diminuir a produção de milho em quase 16% via redução de cerca de 4,9 milhões de ha na área plantada. Afinal de contas, os EUA deverão iniciar a temporada 1983/84 com estoque inicial recorde deste cereal de quase 90 milhões de t (quase 4 vezes a safra brasileira obtida no ano passado), ao mesmo tempo em que a demanda externa não dá sinais de aquecimento e a economia mundial como um todo permanece em recessão.

* Semelhante ao preço mínimo brasileiro, o preço "target" norte-americano visa a sustentar os mercados agrícolas: o governo paga ao produtor a diferença entre o preço de mercado e o preço "target" sempre que aquele permanece inferior a este durante os cinco primeiros meses de comercialização da safra. Para 1983, o preço "target" do milho é de US$ 2,86/bushel.

SOJA

Perspectivas do mercado internacional não indicam uma recuperação dos preços do complexo soja

A oferta mundial de soja deverá crescer de 103 para 112 milhões de t na temporada setembro-82/agosto-83 enquanto a demanda aumentará, nesse mesmo período, apenas 5,6 milhões de t, segundo a publicação alemã Oil World.

Esta previsão de crescimento bem mais acentuado das disponibilidades do que do consumo, numa época especialmente delicada da economia mundial, terá um peso maior do que o costumeiro sobre a evolução dos preços internacionais do complexo soja.

A expansão da produção, por um lado, ocorreu basicamente nos EUA, onde de 54,4 milhões de t colhidas, em 1981/82, passou-se a 62,6 milhões na última safra. Coincidentemente, Brasil, China e Argentina que, juntos com os EUA, respondem pela quase totalidade da produção mundial, deverão também expandir suas safras nesta temporada de 1982/83 (ver Quadro 1).

Considerando-se que a produção chinesa não se destina ao mercado internacional, apenas uma sensível redução da safra daquele país poderia ter reflexos sobre as cotações internacionais. As safras sul-americanas, por sua vez, ainda não estão asseguradas, já que o comportamento do clima nos meses de janeiro, feve-

reiro e março é que definirá o seu volume final.

Do lado da demanda, as incertezas, quanto às perspectivas para os próximos meses, são realmente vultosas. A possibilidade da retomada do crescimento do consumo mundial de farelos proteínicos está intimamente relacionada com a melhora da situação econômica internacional, a queda das taxas de juros e a desvalorização do dólar frente às demais moedas. Na realidade, a influência desses fatores no mercado da soja tem sido maior do que os próprios fundamentos de oferta e demanda.

O que ocorreu nas últimas duas estações comprova a assertiva. A partir de julho de 1980, tanto a redução em 11% dos estoques norte-americanos de soja em 1980/81, devido a uma quebra de safra naquele ano, como a de 16% em 1981/82, devido, desta vez, ao crescimento na demanda pelo grão, não provocaram a alta esperada nos preços. Aliás, esse fenômeno atingiu as *commodities* em geral. Assim, o preço em dólares da soja e seus derivados reagiu negativamente à subida da moeda norte-americana frente às demais, na medida em que a manutenção das cotações (em dólares) representaria o crescimento insuportável dos preços desses produtos nos mercados importadores e uma conseqüente drástica redução na demanda. Entre outubro de 1980 e novembro de 1982, o dólar se valorizou frente ao marco alemão em 40%, o que redundaria num crescimento da mesma ordem do preço de farelo de soja em Hamburgo, por exemplo, caso sua cotação, em dólar, não tivesse caído de US$ 310/t para US$ 213/t, ou 31%.

Alguns fatores, entretanto, indicam que já se estaria iniciando uma fase de reversão desse ciclo. Neste sentido, espera-se que a queda da inflação e da taxa de juros, nos EUA, propicie a retomada do crescimento da atividade econômica naquele país, o que teria efeitos positivos sobre toda a economia mundial. E, no caso específico do complexo soja, poderia estimular o crescimento da demanda, tanto por farelo quanto por óleo, puxando para cima os preços.

Essas perspectivas são, no entanto, incertas uma vez que a retomada do crescimento da atividade econômica é, ainda, apenas uma previsão e, mesmo que haja um considerável incremento na demanda por soja e seus derivados, a elevada disponibilidade mundial do grão desaconselha qualquer previsão de um crescimento substancial de suas cotações.

QUADRO 1

SOJA — Produção Mundial e dos Principais Países Produtores 1981/82 - 1982/83 (em milhões de t)

	1981/82	1982/83
EUA	54,4	62,6
Brasil	12,8	14,0
China	9,2	9,7
Argentina	4,0	4,5
Outros Países	6,1	6,2
TOTAL	86,5	97,0

FONTES: Oil World e USDA.

Como fator positivo no mercado internacional, tem-se uma previsão de aumento das compras soviéticas de farelo de soja que, segundo Oil World, deverão atingir 2,7 milhões de t na atual temporada versus 1 milhão, na anterior. Além disso, a produção indiana de amendoim deverá se situar em 1982/83, em 3,6 milhões de t, 23% abaixo da quantidade colhida em 1981/82.

Para o Brasil, esses dois fatores são bastante positivos pois a URSS deverá cobrir uma parcela substancial de suas importações com produto brasileiro (entre janeiro e outubro de 1982 ela adquiriu 500 mil t), ao mesmo tempo em que a Índia terá de aumentar suas importações de óleos vegetais em 350 mil t a mais do que as 1,04 milhão de t importadas em 1981/82, para manter inalterado seu consumo *per capita* de gorduras e óleos vegetais de 6,5 kg/ano.

Torna-se, entretanto, necessário levar em conta que a concorrência entre os países exportadores está se tornando cada vez mais acirrada, frente às dificuldades enfrentadas por todos. Um bom exemplo disto é o "blended credit" norte-americano que visa disputar parcelas de mercados internacionais de *commodities* destacando-se, dentre elas, o óleo de soja brasileiro.

Por tudo isso, é possível prever que a comercialização externa da safra 1982/83 trará ao país algo em torno dos US$ 2 bilhões, valor próximo ao que deve ter sido recebido em 1982.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês anterior ao da capa da revista)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	12,96	6,21	6,25	6,23	6,55		7,18		7,49		6,71		8,01	8,23				Impacto da última estimativa de F.O.Licht, que prevê produção de 98,866 milhões de t para safra 1982/83, provoca baixa dos preços.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	55,14	59,96	59,81	60,15			65,81		67,31		68,36			67,26		67,65		Novo programa lançado pelo governo norte-americano visando redução dos elevados estoques existentes, não deverá, no curto prazo, influenciar preços, dado o balanço entre oferta e demanda extremamente folgado.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	2007,14	1529,19	1558,64	1625,00			1526,19		1566,24		1595,48		1623,95			1665,10		Problemas climáticos na Bahia e na África comprometerão a próxima colheita de cacau.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	137,47	131,87	129,49	129,51			138,25		126,95		124,05		121,31			119,25		Apesar das leves quedas recentemente registradas, o mercado deverá apresentar maior firmeza a curto-prazo em razão do reaquecimento da demanda externa.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	252,72	244,00	243,75	244,60	233,89			241,66		249,43		255,68		261,12				Mercado atento ao anúncio oficial do novo programa do USDA de redução da área da safra deste ano (ver comentário).
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	623,02	567,34	566,93	565,95		567,15		576,68		585,06		593,24	594,08	587,95				As elevadas disponibilidades do produto vêm impedindo a recuperação das cotações, apesar dos prognósticos de alta feitos por publicações especializadas.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	188,14	177,37	178,14	178,30	174,06	173,57		173,77		174,74		175,66	175,61	176,19	174,82			Apesar da presença soviética como compradora no mercado, o balanço de oferta e demanda da soja impede a elevação das cotações.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	386,86	324,15	322,27	326,10	319,41			336,01		343,37		347,44		356,44				O novo Programa de Pagamento em Produto (PIK) do governo norte-americano poderá ter um efeito positivo sobre as cotações.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês anterior ao da capa da revista)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes*	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	5.958,00	5.693,75	5.750,00	5.787,50	↗	Menor disponibilidade de algodões do tipo melhor, característica do atual período, deverá continuar pressionando as cotações até a entrada da próxima safra.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	7.133,34	9.073,81	9.386,36	9.450,00	↗	Mercado demandando produto de melhor qualidade.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	23.714,96	27.064,28	26.409,10	26.225,00	↗	Congelamento do preço de garantia, indexação do confisco e venda de estoques do IBC deverão enfraquecer o mercado.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	5.290,48	4.000,00	4.000,00	4.000,00	↗	– Aumento de compras das indústrias. – Dificuldade de reposição do boi gordo. – Notícia sobre fechamento de contrato de exportação de 60 mil t de carne bovina.

*** Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.**

NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

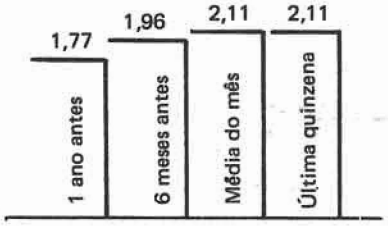
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes*	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	7.130,00	6.488,09	7.095,45	7.800,00	↗	Quebra da produção da safra das águas pode provocar novas altas de preços, embora mais moderadas do que nas últimas semanas.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	158,60	168,19	172,50	172,50	→	Elevada produção de pintos em novembro aliada à contração sazonal da demanda, no início do ano, deverá resultar na queda dos preços da ave terminada.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2.116,50	1.600,00	1.600,00	1.600,00	→	CFP tem diminuído a quantidade de milho leiloada através da BCSP.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	3.155,00	3.267,14	3.256,81	3.250,00	→	Cotações internas à espera de uma maior definição da safra brasileira e da tendência de preços no mercado internacional.

* Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

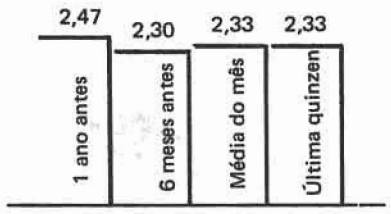
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão / Soja



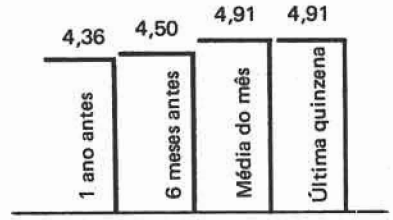
Sem alteração em relação à média do mês, o preço relativo algodão/soja da última quinzena reflete a manutenção dos preços de ambos os produtos em relação à média do mês. Isto porque, enquanto a boa colheita norte-americana da safra de soja 1981/82 impede a recuperação do preço do produto, o mercado do algodão continua pressionado pela expectativa de que o balanço de oferta/demanda mundial da fibra seja extremamente folgado.

Soja / Milho



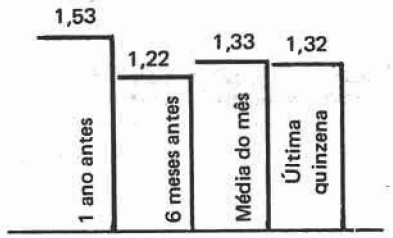
A inalterabilidade da cotação do milho durante a última quinzena reflete a situação de larguíssima oferta do produto nos EUA e a sua fraca demanda por parte dos países compradores do grão. Por este motivo, o preço relativo soja/milho desta quinzena manteve-se semelhante ao da média do mês, tendo em vista a repetição da cotação da soja, acima explicitada.

Algodão / Milho



Preço relativo da quinzena sem alteração em relação à média do mês.

Trigo / Milho

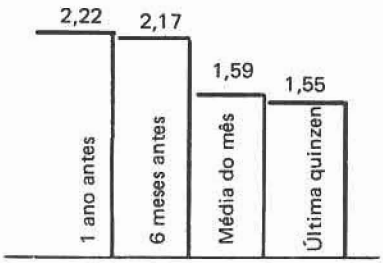


Praticamente igual ao preço relativo médio do mês, a relação trigo/milho desta quinzena apenas reflete a leve queda observada na cotação do trigo no período, devido à conjugação da grande produção norte-americana à acirrada concorrência entre os principais países exportadores do cereal.

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

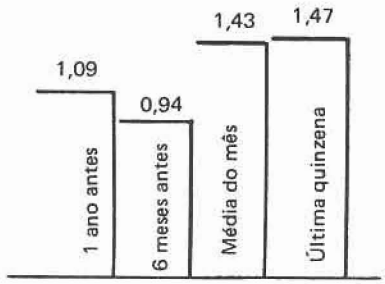
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo
Frango Vivo



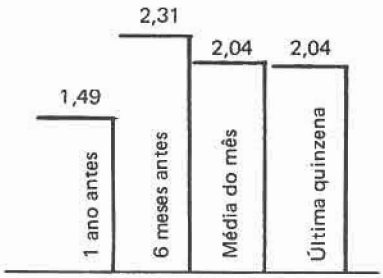
Levemente inferior à relação média do mês, o preço relativo boi gordo/frango vivo da última quinzena reflete o aumento de 2,6% havido na cotação da ave no período, enquanto permanecia estável o preço da arroba bovina. O aumento sazonal da demanda por carne avícola ao final do ano, associado à maior oferta de bois terminados por conta do início de safra, justificam estas variações. Há um ano, no entanto, esta relação de preços apontava muito maior favorabilidade à compra da carne de ave, reflexo da menor oferta de carne bovina àquela época.

Frango Vivo
Ração Ave Corte



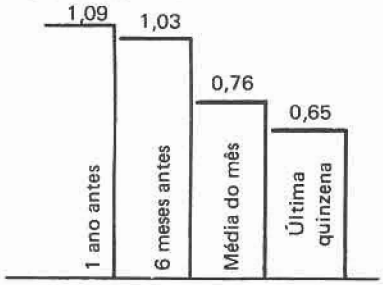
Mantendo-se acima da unidade e bastante superior ao indicador de um ano antes, o preço relativo frango vivo/ração da última quinzena evidencia os benefícios que os baixos preços do milho em 1982 proporcionaram aos avicultores, na medida em que contribuíram para manter sob controle os preços da ração para ave de corte. A título de ilustração, o preço médio do frango, em dezembro de 1982, foi 112% superior (em termos nominais) ao de um ano antes, enquanto que, no caso da ração, a diferença ficou em apenas 61,4%.

Soja
Milho



Enquanto as cotações da soja mantêm-se estáveis, à espera de uma melhor definição da safra brasileira, o preço do milho continua sob pressão, face à colocação do produto estocado pelo governo em leilões da Bolsa de Cereais de São Paulo. Daí a inalterabilidade do preço relativo soja/milho durante a última quinzena. Há um ano, no entanto, esta relação encontrava-se em patamar substancialmente inferior. A situação atual reflete a menor valorização relativa do preço do milho ao longo de 1982, por conta da boa safra 1981/82 e da retração do consumo deste grão.

Feijão Preto
Feijão Carioquinha



O aumento de 9,4% havido no preço do feijão carioquinha, na última quinzena, em comparação com a média do mês, revela-se como a primeira conseqüência da quebra havida na safra das águas do Paraná este ano. Desta forma, decresceu o preço relativo da última quinzena em relação à média do mês, voltando-se à tradicional superioridade do preço do feijão de cor sobre o feijão preto, situação que não se verificava ao final de 1981.

FONTES: Boi Gordo: **IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

impresso na
COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTES GRAFICAS
RUA RIACHUELO 128 TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Aldo Batista Franco, Carlos Medeiros Silva, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Manoel Fernando Thompson Motta.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Numan, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel.

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Luiz Aranha Corrêa do Lago.
Grupo de Gerência e Economia da Informação – Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib